

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE LOURES

MANDATO 2017-2021

ATA Nº 2/2019

1ª Sessão Ordinária de 2019

26 de abril de 2019

*Alfredo
Ricardo Preto
Hof*

Aos vinte e seis dias do mês de abril, de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia de Loures, no Palácio dos Marqueses da Praia e Monforte, convocada nos termos legais, através do Edital nº 3/2019, com a seguinte Ordem de trabalhos: -----

Período de Intervenção do Público-----

Período antes da Ordem do Dia-----

Período da Ordem do Dia-----

1. Ata da 4ª Sessão Ordinária de 07 de dezembro de 2018;
2. Ratificação dos atos deliberados na 2ª Sessão Ordinária de 22 de junho de 2018;
3. Ratificação dos atos deliberados na 3ª Sessão Ordinária de 10 de setembro de 2018;
4. Ratificação dos atos deliberados na 4ª Sessão Ordinária de 07 de dezembro de 2018;
5. Prestação de Contas 2018;
6. Contrato Interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal de Loures na Junta de Freguesia de Loures — Investimento;
7. Contrato Interadministrativo de delegação de competência da Câmara Municipal de Loures na Junta de Freguesia de Loures — Colaboração na Recolha de Resíduos;
8. Revisão ao Orçamento 2019 e às Opções do Plano 2019/2021;
9. Informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira da Freguesia no período de 01/01/2019 a 15/03/2019, conforme disposto na alínea e) do n.º 2 do artigo 9º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Antes de iniciar a sessão a Presidente da Mesa da Assembleia em exercício procedeu à tomada de posse do eleito João Nunes Cardoso. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia em exercício iniciou a sessão verificando o quórum, registando-se as seguintes presenças: -----

CDU - Coligação Democrática Unitária

- Maria do Carmo Pombinho Costa Guilherme
- Ricardo Jorge Martins Preto
- Joana Figueiredo Santana
- Augusto do Nascimento Ferreira
- Maria Luísa Marques Plácido Malhão em substituição de Sérgio Manuel Pratas
- Ramiro Rodrigues Matias em substituição de Maria do Carmo Simões Santos
- João Nunes Cardoso em substituição de Ivan Martins Gomes

PS - Partido Socialista

- Sandra Carla Salgueiro da Cruz Jesus
- Fernando Manuel Moreira Lopes

Augusto
Ricardo Preto

- Jorge Manuel Firmino Baptista
- Raquel Realista Jorge em substituição de Telma Sofia Mendes Gonçalves Delgado
- Nelson Laranjeira Silva em substituição de Emídio Manuel Marques de Almeida
- Rui Jorge da Silva Jesus em substituição de Américo Rui do Ouro Argainha Almeida

PSD - Partido Social Democrata

- Diogo Ferreira dos Santos
- Maria Isabel Gomes Antunes Faustino
- Frederico José da Silva Fernandes
- Gonçalo Jorge Aleixo Nunes
- Manuel António Roque Figueiredo em substituição de Ana Paula da Silva Franco Damil

BE - Bloco de Esquerda


- António José da Silva Baião da Costa

Verificando-se a presença de dezanove eleitos, logo a existência de quórum, a Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, Maria do Carmo Pombinho Costa Guilherme, começou por informar que por razões profissionais a Presidente da Mesa da Assembleia, Ana Paula Damil, encontrava-se fora do concelho, não podendo comparecer na reunião, bem como a Presidente da Junta de Freguesia que por razões de saúde também não estava presente, fazendo votos da mesa para as rápidas melhoras e regresso ao trabalho na autarquia. Por falta de um elemento na mesa foi posta à consideração das bancadas a indicação de um eleito para integrar a mesa como segundo secretário, tendo sido proposto pela CDU o eleito Augusto do Nascimento Ferreira. A mesa ficou a ser então constituída pela Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, Maria do Carmo Pombinho Costa Guilherme, acompanhada por Ricardo Jorge Martins Preto e por Augusto do Nascimento Ferreira, respetivamente primeiro e segundo secretários da Mesa. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia em exercício deu início à sessão com o “Período de Intervenção do Público” não tendo, no entanto, existido inscrições. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia em exercício dá início, em seguida, ao Período Antes da Ordem do Dia, dando a palavra ao eleito Jorge Baptista do PS que apresentou um voto de saudação a António Valdemar, que se anexa a esta ata. A eleita Joana Santana da CDU apresentou uma saudação intitulada “45.º Aniversário da Revolução de Abril e do primeiro 1º de Maio em Liberdade”, que por carecer de votação foi aprovada com 9 votos a favor e 10 abstenções e que se encontra anexa à ata, tendo existido uma declaração de voto do eleito Rui Jesus que indicou que não votou favoravelmente porque considera que não se deve gastar dinheiro no monumento quando há várias infraestruturas básicas em falta e necessárias para a população. -----

O eleito Diogo Santos do PSD interveio enunciando que gostou muito de ambas as saudações, no entanto diz não compreender na saudação do PS o que se pretendia saudar, mas que foi extensa, estava bem estruturada e bem escrita, com momentos históricos e uma visão sobre o mundo, questionando no entanto em que ponto se coaduna com a vida local e o que se pretende saudar. Indica ainda que saúda o 25 de Abril, porém quanto à saudação da CDU diz que falta inovação, sendo idêntico o discurso todos os anos. No que concerne à freguesia, quis saudar o facto de o Pinheiro de Loures já ter uma caixa multibanco, tendo sido amplamente discutido na Assembleia de Freguesia e que foi concretizado. Apresentou ainda duas questões, que não sendo da responsabilidade da Junta de Freguesia gostava que se pudessem expressar, relacionadas com a demora das obras na Rua da República, considerando que estão a condicionar a circulação e a qualidade de vida de quem transita de carro, e com o monumento ao 25 de Abril que considera que não é bonito e que o dinheiro deveria ser melhor canalizado para embelezar a freguesia. -----

Albano
Ricardo Pa


O eleito do PS, Jorge Baptista, tomou a palavra para responder que a saudação é a António Valdemar, jornalista, investigador e historiador, pelo papel que teve, a convite do Presidente da Assembleia Municipal, Pedro Farmhouse, para escrever o livro a República em Loures – 4 de Outubro, com prefácio de Mário Soares, apresentado em 2010 nesta mesma Assembleia. Noutra ocasião, em 2013, António Valdemar apresentou, também neste mesmo local, o livro Viva a República – Loures 1915. Explicou que foi aproveitado o texto que António Valdemar escreveu recentemente no jornal o Público, para fazer o enquadramento de homenagem ao 25 de Abril e a uma figura nacional muito importante que foi Vasco de Castro, traduzindo-se assim num voto de saudação a António Valdemar.-----

O eleito Rui Jesus do PS questionou quem é que define o número de mesas de voto na Freguesia. ----

A Secretária da Junta de Freguesia, Elisa Santos, com autorização da Presidente da Mesa da Assembleia em exercício começou por responder ao eleito Diogo Santos do PSD dizendo que as obras numa primeira fase eram da responsabilidade dos SIMAR e desde o início houve um atraso significativo ao nível das infraestruturas, com vários operadores a intervir em termos de água e saneamento, sem que houvesse cadastro do que existia, o que fez com que a primeira fase tivesse atrasos, a segunda fase é da responsabilidade da Câmara Municipal estando a ser agora executados os asfaltamentos e a parte dos passeios. Em relação ao monumento respondeu que é uma obra da responsabilidade da Câmara Municipal, que há quem goste e aprecie a obra artística e há também quem não aprecie, dependendo do gosto de cada um, sendo, no entanto, uma obra da Câmara que considerou por bem homenagear a data desta forma. -----

O Tesoureiro da Junta de Freguesia, José Monteiro, tomou a palavra de seguida para responder ao eleito Rui Jesus do PS dizendo que quem constitui as mesas de voto é a Junta de Freguesia de acordo com o número de eleitores e com os cadernos eleitorais que são dados pela comissão de recenseamento, podendo ir até mil e 500 eleitores por mesa neste ato eleitoral, tendo em conta a afluência às urnas que costuma existir nestas eleições. Relembrou que neste ato eleitoral os cadernos eleitorais estão por ordem alfabética por seção de voto, deixando de ser importante o número de eleitor. No caso da freguesia de Loures disse que irá existir uma mesa a menos no Pavilhão Paz e Amizade, outra na Mealhada e também uma mesa a menos no Fanqueiro. Quanto à organização das seções de voto informou que só há uma alteração no Pinheiro de Loures em que a seção está dividida em duas mesas, mas que não é responsabilidade da Junta de Freguesia, mas sim do Ministério da Administração Interna que organiza o ato eleitoral. Anunciou ainda que a Junta de Freguesia foi informada de que haverá uma grande campanha no sentido de informar as pessoas do facto de os cadernos eleitorais estarem constituídos por ordem alfabética. Chamou ainda a atenção para os eleitores verificarem onde irão votar antes de se dirigirem às mesas. -----

O eleito Rui Jesus do PS alertou que nas últimas eleições no Infantado foi um caos com muitas pessoas a irem embora e acabarem por não votar, alertando que mil e quinhentas pessoas numa mesa de voto são muitos eleitores. Alertou também para no Infantado retirarem pelo menos uma das mesas do refeitório de modo a evitar confusões. -----

O Tesoureiro da Junta de Freguesia, José Monteiro, respondeu que nas legislativas ou nas autárquicas, onde a afluência é maior, não irão ser feitas mesas de mil e 500 eleitores, neste caso nestas eleições o que vinha como conselho era fazer mesas com mil e 500 eleitores tendo em consideração a frequência. Em relação ao Infantado enunciou que a própria Junta de Freguesia já tem conhecimento da situação e irá ter isso em consideração na forma como irão ser instaladas as mesas de voto. -----

A eleita Sandra Jesus do PS interveio primeiramente para dar a sugestão de que na seção de voto do Infantado poder-se-ia alargar o espaço uma vez que só costuma ser utilizado metade do pavilhão, seguidamente recordou que na sessão ordinária de 7 de dezembro apresentaram uma recomendação sobre medidas de controlo de velocidade na Rua Craveiro Lopes no Fanqueiro e na altura a Presidente da Junta de Freguesia respondeu que já tinham reportado à Câmara através da plataforma “Mais Perto de Si” refere no entanto que nada foi feito até ao momento e que a situação

está bastante perigosa. Referiu ainda que têm a lamentar o estado em que se encontra a freguesia ao nível da limpeza urbana, diz que se verificou nos últimos dias um esforço adicional da Junta de Freguesia a esse nível, principalmente na área limítrofe do Palácio Marqueses da Praia, enunciando que seria por motivos das comemorações do 25 de Abril, dizendo ainda que nunca a área ajardinada circundante ao Tribunal tinha sido intervencionada desde que o atual executivo tomou posse. Referiu que a varredoura mecânica funciona muito bem, tendo sido uma boa aquisição, mas que só é utilizada no Infantado, sendo neste momento o Infantado privilegiado. Alertou que no bairro das Sapateiras os espaços no meio dos prédios estão cheios de ervas e de mato, que pode acarretar várias doenças e sendo por isso preocupante. Indicou que se denota mais acalmia no bairro em comparação com alguns anos atrás, mas que a falta de limpeza continua. Relatou também a necessidade de vários asfaltamentos de estradas, que necessitam de um tapete novo uma vez que os tapa buracos não resolvem porque passado poucos meses os buracos voltam a aparecer, afirmando que tem havido um esforço adicional a vários níveis no Infantado e que até no Infantado existem buracos, quanto mais no resto da freguesia. -----

A eleita Sandra Jesus do PS perguntou novamente quando é que começam as reparações e manutenções nos abrigos de paragem dos transportes de passageiros na estrada nacional 250 desde a Rua Manuel Francisco Soromenho até Montemor uma vez que há abrigos cheios de ervas e outros que não têm proteções laterais para abrigam as pessoas do frio e da chuva. Referiu que receberam o alerta de moradores de Palhais a informar que os lavadouros de Palhais durante a noite têm a luz acesa, não havendo essa necessidade. Questionou ainda o ponto de situação dos concursos de pessoal que já foram abertos. -----

O eleito Manuel Figueiredo do PSD tomou a palavra para referir três assuntos que os fregueses comentam sendo eles as obras de requalificação da cidade, o monumento comemorativo do 25 de Abril e o espetáculo de Sérgio Godinho do 25 de Abril. Indica que trouxe o ponto do espetáculo do 25 de Abril de Sérgio Godinho uma vez que outros espetáculos realizados pelo mesmo artista noutras localidades terão custado muito menos dinheiro aos respetivos municípios, considerando que o orçamento para o espetáculo em Loures foi excessivo comparado com esses outros orçamentos. -----

A Vogal da Junta de Freguesia, Cristina Capitão, referiu que toda a área verde circundante ao Tribunal pertence ao mesmo, em tempos a manutenção era feita pela Junta de Freguesia, mas aquando das obras de ampliação do Tribunal verificou-se que o espaço era pertença do Tribunal pelo que a Câmara deixou de delegar a manutenção do espaço na Junta de Freguesia. Ao verificar-se o abandono em que o espaço se encontrava diz que pediram uma reunião com o Departamento de Ambiente da Câmara Municipal e com o Tribunal, tendo ocorrido a reunião no início da semana passada na qual o Tribunal disse que não tinha verba para manter o espaço, pelo que, excecionalmente, a Junta de Freguesia assumiu o arranjo do espaço enquanto o Tribunal não resolve a questão e que por esse motivo estiveram trabalhadores da Junta de Freguesia de Loures na semana passada a limpar o espaço. Relativamente às localidades informou que acabou o contrato com a empresa e que a Junta fez a abertura de concurso para a prestação de serviços durante seis meses, no entanto, abriram o concurso por duas vezes, mas ficou deserto. Informou que para além de colocarem avençados até terem o concurso de contratação de pessoal completo, a varredoura tem ido a todas as localidades, nomeadamente a Montemor, à Murteira e ao Bairro da Milharada. Quanto às ervas referiu que é um problema que possuem e que estão a tentar resolver mas que é difícil, um dos motivos é a Junta de Freguesia não ter legalidade para aplicar herbicida, apesar de ter trabalhadores com cartão para aplicar herbicida, a própria Junta de Freguesia não o pode aplicar porque não tem instalações que permitam aplicá-lo. Explicou que foi aplicado herbicida, desconhecendo-se que a Junta não tinha legalidade para o aplicar, tendo existido uma denúncia e a Junta de Freguesia foi avisada que na próxima vez que o fizesse seria aplicada uma coima. Informou que deixaram, por esse motivo, há cerca de dois meses, de aplicar herbicida e abriram procedimento para uma empresa acreditada o aplicar, num processo que diz ser complicado uma vez que não existia um levantamento em metros quadrados ao nível de passeios e valetas para poderem fazer um caderno de encargos. Entretanto diz que esse levantamento foi feito, foi elaborado o caderno de

Albino
Pimenta
de
Pratas

encargos, o procedimento foi aberto e já foi adjudicado, estando apenas a aguardar que o tempo seque para que se possa começar a aplicar herbicidas em determinadas zonas e com determinadas regras de modo a minimizar a questão das ervas. Em relação às Sapateiras respondeu que muitos terrenos que se encontram entre os prédios são terrenos privados, nos quais a Junta de Freguesia não pode intervir por esse motivo. Relativamente aos buracos no Infantado referiu que a Junta esteve a fazer algumas brigadas de tapa buracos mas que a questão não é só de asfaltamentos mas também de passeios, indicou que ocorreram visitas da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal ao terreno e que a Câmara irá estudar a forma de minimizar, porque a Junta de Freguesia não tem hipótese de o fazer uma vez que os abatimentos são já um problema estrutural no Infantado. Quanto aos asfaltamentos mencionou que a competência da Junta de Freguesia é de tapa buracos e pequenos asfaltamentos pediram uma reunião com o Vereador do Departamento de Obras Municipais e visitaram dois locais que consideram necessitar de um tapete integral, em Montemor e a estrada da Lagariça para o Tojalinho, indicou que ficaram sinalizados e que o Vereador ficou de dar indicação de quando é que será feito o asfaltamento por parte da Câmara Municipal. Relativamente ao concurso público para a admissão de pessoal respondeu que foi elaborada a ata de admitidos e excluídos estando em fase de audiência prévia. A respeito à Rua Craveiro Lopes indicou que quando o PS a sinalizou a Presidente da Junta de Freguesia respondeu e foi enviado para a Câmara Municipal porque tem de ser a Câmara a avaliar quer os redutores de velocidade quer a sinalização, estando a Junta a aguardar resposta por parte dos técnicos da Câmara. -----

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia em exercício deu início à discussão dos assuntos da Ordem do Dia, começando pelo ponto um "Ata da 4ª Sessão Ordinária de 07 de dezembro de 2018". -----

A eleita Sandra de Jesus do PS começou por indicar duas pequenas correções de sintaxe no texto da ata. O eleito Diogo Santos do PSD alertou que é enunciado que as declarações de voto do PSD e do PS serão anexas à ata, pedindo que as mesmas sejam anexas aquando da disponibilização da ata no site da Junta de Freguesia. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia em exercício colocou o ponto um a votação tendo disso aprovado com 13 votos a favor, os restantes eleitos não estiveram presentes na respetiva reunião pelo que não votaram o ponto. -----

Passou-se de seguida aos pontos 2, 3 e 4 da ordem de trabalhos relativos à ratificação dos atos deliberados em reuniões anteriores. A Presidente da Mesa da Assembleia em exercício começou por dizer que os pontos 2, 3 e 4, apesar de terem estado na ordem de trabalhos, não foram votados na Assembleia de Freguesia anterior e a mesa analisou uma proposta da CDU relativamente à pretensão de voltar a inserir estes três pontos na ordem de trabalhos. -----

A eleita Joana Santana da CDU tomou a palavra para fundamentar a proposta indicando que do ponto de vista jurídico não há qualquer necessidade de ratificar os atos em causa uma vez que a mesa da assembleia deliberou por maioria que não existiam irregularidades na passagem do eleito Sérgio Pratas do executivo da Junta de Freguesia para a Assembleia de Freguesia e que as votações do eleito nunca foram determinantes para as decisões tomadas, no entanto, no sentido que este assunto é politicamente relevante para uma das bancadas, neste caso a banca do PSD, resolveram os eleitos da CDU reconsiderar a sua posição e daí proporem à mesa a colocação dos pontos na ordem de trabalhos. -----

O eleito Diogo Santos do PSD tomou a palavra para responder que não é importante para o PSD mas sim para a legalidade da assembleia uma vez que existe um parecer da Associação Nacional de Freguesias que foi entregue às bancadas que dá o parecer de um jurista, considerando que esta é a via legal e a via que deve ser determinante, mas que não é uma questão política para o PSD uma vez que o mesmo sempre a tratou como uma questão administrativa. -----

O eleito Gonçalo Nunes do PSD referiu que a CDU teve a honestidade de voltar atrás no assunto, mas considera que a forma como o faz não é a mais correta, que seria muito mais de louvar se a CDU

António
Piedade
Pratas

reconhecesse que houve falhas e que há várias questões jurídicas que foram identificadas e que deveriam ter sido tidas em conta, ainda assim diz que houve coragem para voltar a apresentar a proposta, o que é de louvar. Referiu que o que está em causa não é reprovar os atos, é retirar o vício que a Associação Nacional de Freguesias identificou e que o PSD procurou sempre expor na Assembleia de Freguesia, disse que o que está em causa não é uma questão política, mas sim uma questão administrativa e jurídica. -----

O eleito António Baião do Bloco de Esquerda pediu a palavra para enunciar a declaração de voto na reunião anterior a explicar porquê que o Bloco considerou a retirada dos pontos da ordem de trabalhos e que considera atual uma vez que mantém a mesma opinião. Enunciou assim que o Bloco de Esquerda votou na reunião anterior a favor da retirada dos pontos da ordem de trabalhos por considerar que o resultado desta situação se deve ao bloqueio político por parte do PS e do PSD inviabilizando a resolução da mesma, com a qual o Bloco de Esquerda nunca concordou. Referiu ainda que nas referidas sessões o voto individual do vogal renunciante nunca foi determinante para as deliberações e moções apresentadas, que a distância temporal da realização das referidas sessões, pondo em causa os atos deliberados, não dignifica a Assembleia e que a interpretação do parecer da ANAFRE não é consensual, parecendo razoável os argumentos apresentados pelo vogal renunciante. Referiu que é esta declaração de voto que o Bloco mantém e não compreende o recuo da retirada dos pontos, enunciando que caso os pontos sejam votados, a votação do Bloco será a abstenção. ----

A eleita Sandra Jesus do PS interveio para dizer que concorda plenamente com o eleito do Bloco quando disse que não concorda com a colocação novamente dos pontos na ordem de trabalhos, diz no entanto não compreender quando o eleito se refere a um bloqueio do PSD e PS quanto ao à situação do parecer da ANAFRE e solicitou o esclarecimento do mesmo. Relativamente ao parecer da ANAFRE diz que apesar de o mesmo ser extensíssimo no final não é conclusivo e que o PS concorda com o ofício e parecer feito pelo lesado na altura, o eleito Sérgio Pratas. -----

O eleito António Baião do Bloco de Esquerda esclareceu que quando se refere a um bloqueio político não é em relação ao parecer da ANAFRE, mas sim em relação a substituir um elemento do executivo que só foi possível à terceira vez, sendo toda a situação criada precisamente por isso. Considera uma atitude política por parte do PS e do PSD que o Bloco não concorda, mas que podem legitimamente tomar. -----

O eleito Gonçalo Nunes do PSD referiu que quanto à declaração de voto do Bloco de Esquerda não se pode misturar dois assuntos, que não interessa o sentido de voto do PSD e do PS relativamente ao eleito do executivo, sendo uma liberdade política de voto e não uma questão de bloqueio, no entanto o que está a ser discutido é jurídico e diz que o Bloco ao rejeitar a matéria está a fazer um bloqueio administrativo e um bloqueio da legalidade, porque entendem que o parecer do eleito da Assembleia tem mais razão do que o de uma entidade habilitada a dar pareceres jurídicos relativamente à matéria em questão. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia em exercício concedeu cinco minutos de intervalo a pedido da bancada do PS. Retomados os trabalhos tomou a palavra o eleito Jorge Baptista do PS referindo que a Presidente da Mesa da Assembleia notificou Sérgio Pratas dando-lhe razão, significando assim que o vício foi sanado e que a legalidade foi reposta, também não conhecem jurisprudência sobre o assunto, possuem um parecer jurídico de Sérgio Pratas e um parecer jurídico de uma entidade, o PS reconheceu-se plenamente no parecer do Sérgio Pratas que se encontrava bem fundamentado e bem construído e que merece o apoio do PS. Assim diz que estranham a posição da CDU sobre a matéria em causa e no sentido em que a posição do PS foi devidamente conhecida em anteriores votações comunicou à Presidente da Mesa da Assembleia em exercício que nos pontos 2, 3 e 4 o Partido Socialista se ausentaria, retomando os trabalhos no ponto 5. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia em exercício colocou em seguida à votação os pontos 2, 3 e 4 da ordem de trabalhos, tendo o ponto 2 "Ratificação dos atos deliberados na 2ª Sessão Ordinária de 22 de junho de 2018" sido aprovado com 12 votos a favor da CDU e do PSD, uma abstenção do Bloco de Esquerda e com a ausência dos eleitos do PS, o ponto 3 relativo à "Ratificação dos atos

AVULSA
Ricardo Preto
Hof

deliberados na 3ª Sessão Ordinária de 10 de setembro de 2018” aprovado com 12 votos a favor da CDU e do PSD, uma abstenção do Bloco de Esquerda e com a ausência dos eleitos do PS e o ponto 4 da ordem de trabalhos “Ratificação dos atos deliberados na 4ª Sessão Ordinária de 07 de dezembro de 2018” foi aprovado com 12 votos a favor da CDU e do PSD, uma abstenção do Bloco de Esquerda e com a ausência dos eleitos do PS. O eleito António Baião referiu que o sentido de voto do Bloco de Esquerda se deve à declaração de voto que enunciou durante a discussão dos pontos, sendo a seguinte: -----

“O Bloco de Esquerda considera que esta situação se deve ao bloqueio político por parte do PS e do PSD que inviabilizaram a resolução da mesma, situação com a qual o Bloco de Esquerda nunca concordou. O Bloco de Esquerda defende ainda que nas referidas sessões o voto individual do vogal renunciante nunca foi determinante para as deliberações e moções apresentadas, que a distância temporal da realização das referidas sessões, pondo em causa os atos deliberados, não dignifica a Assembleia e que a interpretação do parecer da ANAFRE não é consensual, parecendo razoável os argumentos apresentados pelo vogal renunciante.” -----

A eleita Joana Santana da CDU apresentou a seguinte declaração de voto: -----

“A bancada da CDU afirma que do ponto de vista jurídico não há qualquer necessidade de ratificar os atos em causa uma vez que a Mesa da Assembleia deliberou por maioria que não existiam irregularidades na passagem do eleito Sérgio Pratas do executivo da Junta de Freguesia para a Assembleia de Freguesia e que as votações do eleito nunca foram determinantes para as decisões tomadas, no entanto, no sentido que este assunto é politicamente relevante para uma das bancadas, neste caso a banca do PSD, resolveram os eleitos da CDU reconsiderar a sua posição.” -----

A Presidente da Mesa da Assembleia em exercício abriu de seguida início ao ponto cinco da ordem de trabalhos relativo à “Prestação de Contas 2018”, passando a palavra à Secretária da Junta de Freguesia para apresentar o documento. A Secretária da Junta de Freguesia, Elisa Santos, começou por dizer que o ano de 2018 foi um ano de grande atividade desenvolvida pela Junta de Freguesia, em todas as áreas de intervenção, nomeadamente ao nível da cultura, desporto, ação social, educação, ambiente, da rede viária e do espaço público, sendo que os números apresentados são indicadores de toda a atividade desenvolvida. Indicou que o Plano Plurianual de Investimentos teve uma taxa de execução na ordem dos 96%, de um total previsto de cerca de 656 mil euros foram pagos cerca de 629 mil euros, comparativamente ao ano anterior foram pagos mais de 494 mil euros, o que significa mais 366%. Destacou dos investimentos realizados a recuperação da capela da Murteira, a recuperação das habitações de Montemor, a recuperação dos parques infantis em algumas escolas designadamente na escola do Fanqueiro e na escola de A-dos-Cães, a recuperação de parques infantis em algumas localidades como seja no Infantado, Fonte Santa e no Casal do Covão, a reconstrução do espaço de jogos e recreio da Urbanização Quinta das Sapateiras, arranjo do espaço público em Montemor e no Pinheiro de Loures e aquisição de equipamentos como a varredoura mecânica e o camião. Quanto ao Plano Plurianual Ações mais Relevantes indicou que o mesmo teve uma taxa de execução de cerca de 88,5%, dos cerca de 837 mil euros previstos foram pagos cerca de 741 mil euros, tendo um acréscimo de 24% relativamente ao ano anterior. Destacou algumas atividades realizadas nomeadamente os apoios financeiros às associações, coletividades e outras instituições com intervenção nos domínios da cultura, do desporto, do recreio, da intervenção social e da educação, apoios esses ao abrigo dos protocolos de cooperação, o apoio financeiro à organização do Carnaval de Loures, a concretização do projeto Percursos com História, a concretização do projeto Serenamente, a animação do Coreto e do Largo 4 de Outubro e o apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Loures particularmente ao nível de fatos de combate a incêndios urbanos e industriais. Relativamente ao Orçamento indicou que a receita arrecadada foi cerca de 2 milhões, 434 mil euros do total previsto de 2 milhões, 280 mil euros, correspondendo a uma taxa de execução de 106,75%, tendo-se registado um aumento de cerca de 29% comparativamente ao ano anterior. Referiu que o maior acréscimo de receitas se registou na cobrança de taxas por ocupação da via pública e publicidade como consequência de uma maior eficácia na cobrança deste tipo de receita e da recuperação de dívidas de anos anteriores.

Albino
Ricardo Peto
A

Mencionou ainda que as transferências provenientes do Município de Loures para o financiamento de competências delegadas é a principal receita da freguesia, no valor de 1,6 milhões de euros, representando 66,9 % do total da receita e que ao acrescentar o valor arrecadado com licenciamentos e autorizações delegadas pelo Município, como é o caso da publicidade e ocupação do espaço público, o valor global passa a ter um peso, no total da receita, de 85%. Referiu que o Fundo Financeiro das Freguesias, que em 2018 teve um acréscimo de 1,5% comparativamente a 2017, baixou o seu peso no total da receita, passando de 11,9%, para 9,3%. Quanto à despesa, enunciou que o valor de despesa paga foi cerca de 2 milhões, 489 mil euros, apresentando uma taxa de execução de 92,5%. Relativamente ao ano de 2017 indicou que houve um acréscimo na ordem dos 39%, tendo as despesas correntes aumentado 12,3% e as despesas de capital 369,2%. As despesas de pessoal aumentaram 9,9% e o seu peso diminuiu no total da despesa, passando de 52,5%, em 2017 para 41,4% no ano de 2018 e as despesas com investimentos aumentaram cerca de 495 mil euros relativamente ao ano de 2017, apresentando um valor total na ordem dos 629 mil euros. Do total da despesa referiu que cerca de 1 milhão e 32 mil euros foi afeta a pessoal, cerca de 1 milhão e 371 mil euros afeta à atividade da freguesia e cerca de 85 mil euros a outras despesas não imputáveis às Grandes Opções do Plano. Indicou que o valor do saldo da gerência de 2018 foi de cerca de 356 mil euros, que se propõe ser introduzido no orçamento do ano de 2019, em sede de revisão orçamental. Numa ótica patrimonial assinalou que a freguesia apresentou no ano de 2018, um resultado líquido na ordem dos 168 mil euros, com a proposta que o mesmo seja aplicado 5% em Reservas Legais, que corresponde a cerca de 8 milhões 443 mil euros e o restante cerca de 160 mil euros em Resultados Transitados. No ano em curso, o total de Proveitos Operacionais foi de cerca de 2 milhões e 293 mil euros e os Custos e Perdas Operacionais na ordem dos 2 milhões e 150 mil euros, o Ativo apresenta um valor de cerca de 2 milhões 758 mil euros e regista um aumento de cerca de 263 mil euros e o Passivo tem um valor de cerca de 227 mil euros com um aumento de cerca de 94 mil e 500 euros relativamente a 2017, sendo de realçar que a freguesia não tem, no final do ano, dívidas a fornecedores. Informou após a apresentação genérica da Prestação de Contas que estava disponível para as questões que os eleitos necessitassem. -----

O eleito Diogo Santos do PSD interveio para dizer que a Prestação de Contas não oferece grandes dúvidas, que é um relatório técnico a ser enviado para o Tribunal de Contas e que as contas estão certificadas. Abordou no entanto uma questão que se repete todos os anos no parecer do Revisor Oficial de Contas (ROC) referente ao património da Junta de Freguesia que engloba terrenos e edifícios que não foi obtida evidência de estarem devidamente registados na competente Conservatória do Registo Predial, quer esclarecer se existe diverso património da Junta como terrenos, baldios e algumas habitações antigas que não estão totalmente legalizadas e queria perceber com o Executivo de que forma se pode tratar para fazer um inventário completo e proceder-se ao devido registo nas Conservatórias, considerando que deveriam ter uma panorâmica geral sobre o património da Junta de Freguesia para se poder planear uma determinada política pública, permitindo obter-se maior receita rentabilizando os espaços. -----

A eleita Sandra Jesus do PS disse que de facto é um documento técnico e está bem feito, mas que é inevitável a questão do património, sempre foi e será sempre um problema nas autarquias, principalmente nas Juntas de Freguesia, não sabe se há empresas especializadas e certificadas para tratar deste tipo de situação mas a realidade é que há muitos anos a freguesia possui esse problema, mas diz que seria bom ter-se o inventário atualizado, estando um pouco longe de estar atualizado, sendo uma questão muito sensível, mas considera que quanto mais rápido se resolver melhor. -----

O eleito Jorge Baptista do PS referiu que o Relatório de Prestação de Contas indica um outdoor sobre a poupança de água relativo a um plano de sustentabilidade dos espaços verdes, onde assinalava que no primeiro ano haveria 25% de poupança de água, no entanto no relatório ainda não houve nenhuma referência a essa poupança no primeiro ano, questionou o que está a ser feito relativamente à matéria de poupança de água e qual é o ponto de partida para a medição da poupança de água no primeiro ano de 25%, no segundo ano 40% e no terceiro ano 60%, acrescentando que é um plano muito ambicioso e que é de louvar que assim seja. -----

Alfonso
Ricardo
Hel

O Tesoureiro da Junta de Freguesia interveio para responder às questões indicando que todos os pareceres dos Revisores Oficiais de Contas de um modo geral têm uma reserva relativa à questão do património, explicando que só a partir da aplicação em 2002 de um Plano Oficial de Contabilidade, o POCAL, é que passou a haver a obrigatoriedade do inventário dos bens que constituem o imobilizado, altura em que de um modo geral as autarquias sentiram que os seus meios eram insuficientes para fazer o levantamento de todo o património e contrataram empresas externas para o fazer, tal como o fez a Junta de Freguesia de Loures. Disse ainda que de um modo geral até essa data, os bens do domínio público não estavam registados na Conservatória porque as mesmas não procediam ao seu registo e só muito recentemente é que as Conservatórias passaram a fazê-lo. Concluiu que sempre que são obrigatórios pareceres dos Revisores Oficiais de Contas, perante algumas ausências de evidências de que o total que constitui o ativo na parte do imobilizado corresponde efetivamente aos bens que a Junta de Freguesia possui, porque algum do património não está registado na Conservatória, os Revisores Oficiais de Contas não conseguem certificar se o valor que está indicado está correto e por isso de um modo geral fazem a reserva. Indicou, no entanto, que objetivo do executivo é fazer o levantamento de todos os bens patrimoniais e verificar com a Conservatória a questão dos seus registos. Quanto à questão do eleito Jorge Baptista relativamente ao outdoor acerca da poupança de água indicou que pelo primeiro ano a Junta de Freguesia está a pagar a água que é utilizada nas zonas verdes e é nas zonas verdes onde se pode poupar mais água, tendo um plano relacionado com a poupança de água. -----

A Vogal Cristina Capitão tomou a palavra para dizer que estão fortemente empenhados em relação à campanha de redução de consumo de água e que a poupança começa à medida que são feitas remodelações, já fizeram uma intervenção numa série de locais como a Praceta de Moçambique, a Universidade Sénior, o Jardim Major Rosa Bastos, a rotunda das Urmeiras, a rotunda da BP que possui plantado um prado florido, há medida que vão fazendo reformulações e novas plantações vão tendo o cuidado de colocar plantas com redução de água, disse que desta forma a partir de 2019 e em 2020 é que começa a ocorrer a poupança de água que foram anunciando, sendo que um dos grandes espaços onde esperam ter maior redução de água é na obra no Fanqueiro. -----

O eleito Diogo Santos do PSD disse que a intervenção que tinha feito prendia-se mais com a necessidade de se efetuar o levantamento atualizado do imobilizado e acredita que o Vogal do Executivo com o Pelouro do Património fará um ótimo trabalho para ter o imobilizado atualizado, mas pede uma ação concertada porque para se poder agilizar uma política pública é muito importante para a Junta ter um levantamento completo do que é o seu património, sendo também necessário saber localizar exatamente onde está e confirmar periodicamente se os locais estão devidamente marcados. Em relação à poupança de água indicou que no Infantado a rega da rotunda continua e que se poderia começar a poupar. -----

A eleita Joana Santana da CDU tomou a palavra para referir que o documento de Prestação de Contas é um documento técnico bem feito mas é muito mais do que isso, sendo um documento que espelha o bom trabalho que a CDU está a fazer na freguesia e honra os compromissos eleitorais da CDU ao nível da cultura, do desporto, da ação social, da educação, do ambiente, da rede viária e do espaço público. Diz que o investimento envolveu a recuperação da Capela da Murteira, das habitações de Montemor, dos parques infantis das escolas do Fanqueiro e de A-dos-Cães, bem como de parques infantis em espaço público nas localidades do Infantado, Fonte Santa e Casal do Covão. Destacam-se ainda o investimento no espaço de jogos e recreio da Urbanização da Quinta das Sapateiras, do arranjo do espaço público em Montemor e Pinheiro de Loures e da aquisição da varredoura mecânica, que melhorou bastante a limpeza das ruas, e um camião. -----

Das atividades frisou os apoios financeiros ao movimento associativo no âmbito dos Protocolos de Cooperação, o apoio financeiro ao Carnaval Saloio de Loures e o apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Loures para a compra de fatos de combate a incêndios urbanos e industriais que é um apoio relevante e bastante importante. Em questões mais culturais destacou a concretização do Projeto Percursos com História e do Projeto SerenaMente, e a animação do Coreto e do Largo 4 de Outubro. Quis ressaltar que o que indicou só é possível dada a solidez financeira da

Albino
Ricardo Pato
J.P.

Freguesia como é visível pelos números apresentados pelo Executivo. Deste modo indicou que os eleitos da CDU estão muito satisfeitos, olhando com satisfação para o grande investimento e atividade desenvolvida pela Junta de Freguesia em todas as áreas de intervenção que contribuem de uma forma sustentada para a melhoria da qualidade de vida na Freguesia de Loures. -----

O eleito Diogo Santos do PSD referiu que as contas estão a ser geridas de acordo com o espetável, com rigor, mas diz que se está a discutir o relatório técnico e não o trabalho realizado. Quanto ao trabalho considera que poderia ter sido feito mais e algumas coisas poderiam ser melhor aprimoradas e diz que quando o executivo faz algo bom pela freguesia o PSD tem a hombridade de o realçar na Assembleia, diz no entanto que não se deve extrapolar uma discussão orçamental para fazer a apologia do bom trabalho do Executivo, apela a que se faça as contas no final do Mandato e para até lá continuarem a fazer o melhor que podem e sempre que precisarem da Assembleia para contarem com a mesma, dizendo que em certas questões se poderia envolver mais a Assembleia. ----

A eleita Sandra Jesus do PS questionou o porquê de a reparação da frota de viaturas em 2018, e que possivelmente continua para 2019, ter sido efetuada apenas por duas oficinas da freguesia e gostaria de saber quais foram. -----

O Vogal da Junta de Freguesia, Pedro Vieira, respondeu à questão indicando que existiam vários problemas mecânicos com veículos e as oficinas não se responsabilizavam porque os veículos andavam a ser reparados de oficina em oficina e o que se estabeleceu foi dividir a frota por duas oficinas, só a título de exemplo tinham um veículo Nissan, que era usual ser utilizado pelos Presidentes de Junta que já tem alguns anos e um Polo, ambos avariados, cuja reparação estava orçamentada em 6 mil e 500 euros e foram reparados os dois por mil e 500 euros. Indicou que as oficinas em causa são a JR71 Auto e o João Silva, ambas oficinas da freguesia e que neste momento não têm nenhum veículo imobilizado. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia em exercício colocou o ponto 5 da ordem de trabalhos “Prestação de Contas 2018” à votação tendo sido aprovado com 13 votos a favor da CDU, PSD e Bloco de Esquerda e 6 abstenções do PS. Foi apresentada uma declaração de voto pela CDU que se anexa à presente ata. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia em exercício passou de imediato ao ponto 6 da ordem de trabalhos “Contrato Interadministrativo de delegação de competências da Câmara Municipal de Loures na Junta de Freguesia de Loures — Investimento”, passando a palavra ao Executivo para a apresentação do documento. -----

A Secretária da Junta de Freguesia, Elisa Santos, referiu que o contrato refere-se à remodelação do espaço público na localidade do Fanqueiro e o mesmo decorre do regime jurídico das autarquias locais, o qual prevê a delegação de competências da Câmara para as Juntas de Freguesia, sendo de realçar que este tipo de contratos assenta na articulação entre todos os órgãos das autarquias locais com respeito pela autonomia de cada um, mas sempre na procura da melhoria dos serviços prestados à população. Referiu que o contrato foi trabalhado de forma muito próxima entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, sendo uma obra que foi assumida pelo Executivo desde o início do Mandato. Indicou que o valor total previsto da obra ascende aos 265 mil 950 euros e que será transferido da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia a verba de cerca de 111 mil euros. Disse que a remodelação prevê várias melhorias nomeadamente a redução do consumo de água, a reconversão de espaços ajardinados, a reestruturação ao nível do estacionamento e a criação de zonas dedicadas ao desporto e ao lazer, colocando assim à consideração dos Eleitos a aprovação do contrato e estando disponível para qualquer esclarecimento. -----

O eleito Diogo Santo do PSD indicou que tinha algumas dúvidas nomeadamente como iria ficar a rua da escola primária, se iriam alargar o passeio, fazer apenas um sentido de trânsito e colocar pilaretes, diz que não percebeu também a zona que liga o parque à escola e questionou em relação ao estacionamento o que está pensado uma vez que uma das queixas da população local era a falta de algum estacionamento, diz também preferir um espaço aprazível, amplo, com maior fruição da via

Alvaro Ricardo Pate

pública, porém não se deve estar a penalizar as pessoas em relação ao estacionamento, gostando também de perceber como foi feito o debate, qual é a sensibilidade da Junta, o quê que foi dito à Câmara Municipal e se auscultaram a população local. -----

A eleita Sandra Jesus do PS tomou a palavra para comunicar uma reclamação de uma moradora relativamente à Rua São João de Deus relacionada com os lugares de estacionamento que têm apenas a largura do carro, pelo que as pessoas estacionam e quase não têm espaço para abrir as portas e sair da viatura, pedindo que verificassem o assunto que incomoda os moradores. -----

A Vogal da Junta de Freguesia, Cristina Capitão, respondeu que em relação ao Fanqueiro o que existe é um estudo prévio, que vai passar a projeto, até ao projeto haverá ainda discussões com a Câmara Municipal relativamente ao sentido do trânsito, sendo, no entanto, também necessário um estudo de tráfego para se chegar à conclusão sobre o sentido do trânsito. Disse que está prevista uma Sessão Pública, mas a mesma só fará sentido se o projeto for aprovado, senão não vale a pena criar falsas expectativas na população do Fanqueiro. -----

Com a devida autorização da Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, tomou a palavra o Sr. Arquiteto Paisagista, João Silva, para completar os esclarecimentos, tendo dito que o que foi apresentado foi apenas um estudo prévio, que irá ser posto em discussão e mediante as opiniões que serão recolhidas em discussão pública o mesmo poderá ser alterado. Apresentou no entanto o estudo prévio dizendo que o que se encontra no mesmo é a integração de uma série de espaços que estão abandonados no Fanqueiro como espaços desportivos e a interligação de todos esses espaços através de uma rede e um circuito pedonal de forma a tornar possível a vivência e utilização de um espaço completo e global no Fanqueiro. Indicou que na rua em frente à escola haverá uma reformulação da via para reduzir o tráfego, permitir a circulação num só sentido, reduzir o estacionamento nesse local e compensar com a remodelação no outro acesso da escola, onde será aumentado o estacionamento. Referiu que os carros não podem ser prejudicados, mas considera que os mesmos não podem invadir todo o espaço público como o fazem neste momento, sendo que um peão não consegue circular no Fanqueiro, indicando ainda que qualquer pessoa numa cadeira de rodas ou com qualquer problema de locomoção não consegue circular uma vez que os carros estão em cima dos passeios e não existe uma unidade efetiva no Fanqueiro. Disse que um dos grandes focos do projeto é precisamente retirar os carros de cima dos passeios e devolver os passeios às pessoas, reordenando o estacionamento e aumentando o número de lugares de estacionamento no final porque há uma série de espaços verdes pequenos demais que na prática é só um canteiro, não fazendo sentido permanecerem como tal e que serão reconvertidos em estacionamento, para além disso o espaço junto à parte de baixo da escola, que será reordenado, aumentará o número de estacionamentos para compensar os que serão retirados em frente à escola. Referiu que a parte em frente à escola vai ter que possuir uma zona de paragem para os pais poderem largar as crianças, mas pretende-se manter um só sentido, aumentar os passeios e zonas de estar, sendo esse o núcleo principal da ação onde será também criado um espaço desportivo envolvido por toda a nova utilização e vivência do espaço. -----

O eleito Rui Jesus do PS interveio para deixar um elogio dizendo que este projeto é um bom exemplo de como se deve utilizar os dinheiros públicos ao serviço das pessoas, dando-lhes melhor qualidade de vida, sendo de facto importante não só pelo lazer e pelo aspeto como pelas pessoas poderem passar pelos passeios e poderem estacionar o carro. Indicou que há sempre a questão das prioridades, mas que há prioridades na forma de pensar de cada um que nunca deveriam existir. Alertou ainda que a Freguesia de Loures não tem um único campo de ténis, sugerindo ao Executivo a verificação de um local onde fosse possível a sua implementação, considerando que a Freguesia de Loures quer a nível populacional quer a nível geográfico merecia um ou mais campos de ténis para que as pessoas que gostam de praticar esse desporto o pudessem fazer. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia em exercício, não havendo mais questões, colocou o ponto 6 da ordem de trabalhos "Contrato Interadministrativo de delegação de competências da Câmara

Acordo Piccolo Pisto
PS

Municipal de Loures na Junta de Freguesia de Loures — Investimento” à votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia em exercício passou de seguida ao ponto 7 da ordem de trabalhos “Contrato Interadministrativo de delegação de competência da Câmara Municipal de Loures na Junta de Freguesia de Loures — Colaboração na Recolha de Resíduos” passando a palavra ao executivo. -----

A Secretária da Junta de Freguesia referiu que este Contrato Interadministrativo foi também amplamente trabalhado e discutido, não só com a Junta de Freguesia de Loures, mas com todas as Juntas do Concelho, tendo as Juntas tido a possibilidade de dar os seus contributos para melhorarem o documento final, indicou ainda que está previsto a Câmara Municipal de Loures efetuar a cedência de uma viatura adequada à recolha deste tipo de resíduos, bem como realizar a transferência da verba necessária quer para o pagamento de três funcionários que ficarão afetos a esta tarefa como para o pagamento do gasóleo, já as despesas inerentes à deposição dos resíduos ficarão a cargo dos SIMAR, destacou ainda a questão de monitorização deste tipo de contrato, ou seja, a Junta de Freguesia ficará responsável pela elaboração de relatórios mensais sobre a aplicação do contrato e a elaboração de um relatório anual que será dado conhecimento aos órgãos municipais e da própria freguesia, o contrato também prevê um conjunto de ações de sensibilização e de informação com alguma regularidade para os funcionários da Junta de Freguesia com o principal objetivo de prevenir quer riscos para a saúde humana quer para o ambiente, bem como ao nível da separação adequada dos resíduos. Indicou que o Executivo estava disponível para os devidos esclarecimentos. -----

A eleita Sandra Jesus do PS louvou a concretização deste Contrato indicando que o mesmo só poderá vir a melhorar a situação que se tem vindo a verificar na recolha dos monos. Esperam que mal seja concretizado e tenham os meios próprios necessários a recolha comece a melhorar e quiseram ainda parabenizar as Juntas de Freguesia, na sua maioria, por aderirem à proposta que consideram muito boa, uma vez que todos os Lourenses e todo o restante concelho só têm a ganhar com isso. -----

Não havendo mais questões a Presidente da Mesa da Assembleia em exercício colocou à votação o ponto 7 da ordem de trabalhos “Contrato Interadministrativo de delegação de competência da Câmara Municipal de Loures na Junta de Freguesia de Loures — Colaboração na Recolha de Resíduos” tendo sido aprovado por unanimidade. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia em exercício passou então ao ponto 8 da ordem de trabalhos “Revisão ao Orçamento 2019 e às Opções do Plano 2019/2021” passando a palavra ao Executivo para a apresentação do documento.-----

A Secretária da Junta de Freguesia, Elisa Santos, enunciou que o saldo de gerência de 2018 é cerca de 366 mil euros, pelo que é necessário afetá-lo ao orçamento de 2019. Ao nível do Contrato Interadministrativo e ao Acordo de Execução entre a Junta de Freguesia de Loures e o Município de Loures indicou que é necessário fazer o acerto das transferências no valor de cerca de 17 mil euros e que ao nível da receita há a necessidade de inserir no orçamento o montante de 150 mil euros provenientes dos dois novos Contratos Interadministrativos que acabaram de ser aprovados, nomeadamente ao nível da colaboração para a recolha de resíduos no valor de cerca de 38 mil e 800 euros e na requalificação do espaço público no Fanqueiro no valor de cerca de 111 mil e 500 euros. Na sequência da atualização da transferência do Fundo de Financiamento das Freguesias diz ser necessário atualizar o valor da rubrica em mais de 12 mil 980 euros, no que diz respeito ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano das Ações mais Relevantes indicou que existe um conjunto de investimentos e ações cujo financiamento aguardava a inclusão do saldo de gerência do ano anterior, destacando as reparações nas escolas, a remodelação dos lavadouros de Castelo Picão, remodelação de espaços públicos no Fanqueiro, aquisição de equipamento fitness, melhoria do espaço público da Praça Timor e da Praça Ilha Porto Santo, a requalificação do Coreto do Jardim Major Rosa Bastos e a melhoria do espaço público do Pinheiro de Loures, cuja primeira fase já foi concluída. Referiu ainda que foram incluídos novos projetos nomeadamente a recuperação dos lavadouros de Bolores, o parque de estacionamento da Mealhada, apoio à aquisição de fardamento para os Bombeiros

Voluntários de Loures, ciclo de concertos pelas capelas da freguesia, entre outros. Disse ainda ser necessário reforçar outras dotações que se encontram com insuficiências de verbas, nomeadamente a rubrica de combustível em virtude do acréscimo de atividade decorrente do Contrato Interadministrativo para a colaboração na recolha de resíduos. Perante esta explicação colocou aos Eleitos a sua aprovação, estando o Executivo disponível para quaisquer esclarecimentos. -----

O eleito Diogo Santos do PSD interveio para referir que relativamente à revisão orçamental para inclusão do saldo de gerência do ano anterior, as linhas gerais mantêm-se, mantendo-se também por coerência a posição do PSD no orçamento passado, indica que reforçam também algumas rubricas de propostas que o PSD apresentou, parecendo que o projeto “Loures, uma freguesia amiga de todos” está a ser um sucesso, está-se a conseguir fazer as pequenas reparações e está a haver um reforço da rubrica, conforme diz que tinham proposto à época e que agora se está a concretizar. Faz no entanto observações relacionadas com uma visão em que consideram que se poderia inovar mais, apesar de a Junta estar a trabalhar e estar a fazer o melhor que pode, considera que falta um bocado de ambição, por exemplo a ponte de Palhais diz que tinham proposto que a Junta de Freguesia começasse a orçamentar uma verba para depois tentar negociar com a Câmara, podendo ser possível eventualmente através de um Contrato Interadministrativo, sendo um equipamento pelo qual andam a pugnar há anos, cuja vedação do lado esquerdo no sentido do Pinheiro de Loures para Palhais neste momento está danificada. Indicou que na altura da elaboração do orçamento propuseram a iluminação de passadeiras com luzes led de forma a conferir maior segurança a quem atravessa e a quem circula nas estradas, sendo benéfico para toda a gente, para a Junta, para a Câmara e para as pessoas em geral. Refere que pretendiam ver os presépios na rua, e foi orçamentado, o que quer dizer que vão continuar a existir e não vão desaparecer. Considera que apesar dos esforços falta um pouco de embelezamento nos jardins, sabe que há constrangimentos, que há quem destrua, mas que se poderia tentar apostar nesse aspeto e em mobiliário público urbano mais moderno e mais confortável dando o exemplo da remodelação ocorrida no espaço público no Pinheiro de Loures. Apontam que há uma coerência face ao que foi apresentado em dezembro, mas considera que para o futuro pode-se ir mais além e olhar as coisas por outro prisma, sabe que cada um tenta fazer o melhor que consegue, mas a opinião diverge e consideram que é possível inovar um pouco mais. -----

Uma vez que se estava a aproximar a meia noite, a Presidente da Mesa da Assembleia em exercício colocou à consideração dos Eleitos o prolongamento da Assembleia pelo tempo necessário para terminar a ordem de trabalhos com o limite de uma hora, tendo os Eleitos concordado. -----

A eleita Sandra Jesus do PS referiu que na revisão está explanado tudo o que aprovaram hoje e o que estava previsto em orçamento, com o reforço das rubricas, tem a dizer que com o dinheiro que a Junta de Freguesia tem em caixa poderá fazer muito na limpeza urbana, nos espaços verdes e nos asfaltamentos, tudo o que as pessoas mais querem no seu dia-a-dia, é muito importante também o investimento na cultura, mas mais importante é a vivência no dia-a-dia, viver em condições dignas. Apelou desta forma à sensibilidade do Executivo para que invista mais nas três áreas que consideram ser os pilares, limpeza urbana e zonas verdes, sem constrangimentos, e as vias públicas. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia em exercício colocou à votação o ponto 8 da ordem de trabalhos “Revisão ao Orçamento 2019 e às Opções do Plano 2019/2021”, tendo sido aprovado com 8 votos a favor da CDU e do Bloco de Esquerda e 11 abstenções do PS e do PSD. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia em exercício passou de imediato ao ponto 9 da ordem de trabalhos “Informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira da Freguesia no período de 01/01/2019 a 15/03/2019” passando a palavra ao Executivo. A Secretária da Junta de Freguesia, Elisa Santos, informou que o documento espelha toda a atividade desenvolvida no período em análise, estando o Executivo disponível qualquer questão. ---

A eleita Sandra Jesus do PS questionou relativamente às consultas prévias se procederam à abertura de alguns procedimentos, estando dois procedimentos que ficaram desertos repetidos relativos à prestação de serviços para a limpeza urbana na Freguesia de Loures. -----

O Tesoureiro da Junta de Freguesia, José Monteiro, referiu que fizeram um Concurso para a Limpeza Urbana, cujo Concurso ficou deserto e a seguir fizeram nova consulta, aumentaram o preço base e o novo Concurso que ficou novamente deserto. -----

O eleito Rui Jesus do PS questionou quando abrem o Concurso como é definido o valor base. -----

A eleita Sandra Jesus do PS interveio relativamente ao meio ambiente indicando que estaria previsto no projeto para o Fanqueiro o que julga ser um Parque para cães e que no Infantado também é urgente colocar-se um ou mais. -----

O Tesoureiro da Junta de Freguesia, José Monteiro, respondeu que o preço base em alguns Concursos é definido através de prévios contactos a diversas entidades para verificarem qual o preço de mercado, no caso da limpeza urbana é calculado qual o número de pessoas que necessitam e qual a área que está em concurso, sendo a partir daí calculado um preço, noutras situações têm em consideração os preços anteriormente adjudicados em concursos de natureza idêntica, depende do tipo de concursos, da própria sensibilidade para o tipo de concurso da técnica que está nessa área, existindo um misto de situações. Referiu que no caso da limpeza urbana, nos Concursos que ficaram desertos, tiveram em consideração o Concurso anterior, sendo que o Concurso existente era para um ano e o que abriram era para seis meses tiveram isso em ponderação e referiu que só é colocado preço base de um modo geral a partir da consulta a três entidades. Quanto aos Parque para caninos referiu que está previsto para o Parque Urbano do Infantado a sua construção. -----

A eleita Sandra Jesus do PS questionou que a eleita Joana Santana da CDU quando se estava a referir à Prestação de Contas tinha indicado a recuperação de um espaço público no Infantado, questionando qual foi. -----

A eleita Joana Santana da CDU respondeu que se referiu aos parques infantis de domínio público onde qualquer pessoa pode ir e aos parques nos logradouros das escolas, e que neste caso estava a referir-se à requalificação dos parques infantis do Infantado que pertencem ao domínio público. -----

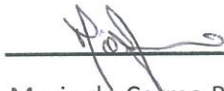
Foi depois lida a Minuta da Ata que foi aprovada por unanimidade. -----

Nada mais havendo a tratar a Presidente da Mesa da Assembleia em exercício deu por encerrada a sessão, pelas zero horas e dez minutos. -----

Para constar se lavrou a presente ata, que val ser assinada pela Mesa da Assembleia. -----

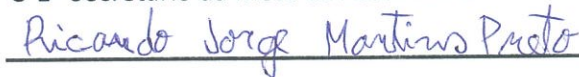
Loures, 26 de abril de 2019

A Presidente da Mesa da Assembleia em exercício



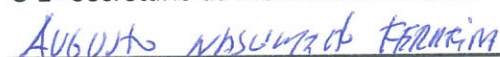
Maria do Carmo Pombinho Costa Guilherme

O 1º Secretário da Mesa da Assembleia



Ricardo Jorge Martins Preto

O 2º Secretário da Mesa da Assembleia



Augusto do Nascimento Ferreira